A Guerra Fria e seu Fim: Consequências para a Teoria das Relações Internacionais*

Fred Halliday

"A burguesia, graças à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção e ao enorme progresso dos meios de comunicação, fez com que todas as nações, até mesmo as mais bárbaras, ingressassem na civilização. Os preços baixos de seus produtos são a artilharia pesada com que derruba todas as muralhas chinesas e leva à capitulação a intensa e obstinada aversão dos bárbaros pelos estrangeiros. Ela compele todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção e a introduzirem em seu meio o que se chama civilização — ou seja, obriga-as a se tornarem burguesas." (Marx e Engels, 1848).1

"Foram duas as razões pelas quais o despontar da moderna ciência natural exerceu um efeito uniforme sobre todas as sociedades que a praticaram. Primeira, a tecnologia confere vantagens militares decisivas aos países que a possuem, e, diante da contínua possibilidade de guerra no sistema internacional, nenhum Estado que preze sua independência pode ignorar a necessidade da modernização defensiva. Segunda, a moderna ciência natural estabelece um horizonte uniforme de possibilidades de produção econômica. A tecnologia torna viável a acumulação ilimitada de riqueza e, por conseguinte, a satisfação do conjunto de desejos humanos em contínua expansão. Esse processo garante a homogeneização crescente de todas as sociedades humanas, independentemente de suas origens históricas ou heranças culturais. Todos os países em via de modernização econômica tenderão a assemelhar-se cada vez mais entre si." (Fukuyama, 1992, p. xiv).²

1 — Introdução: Os Desafios do Real

fim da Guerra Fria colocou as relações internacionais (RI_s) enquanto disciplina acadêmica diante de um triplo desafio. Se os dois primeiros componentes desse desafio se impõem como evidentes, com o terceiro não acontece o mesmo. Em primeiro lugar, o fim da Guerra Fria abre um leque de questões empíricas e analíticas, pertencentes ao domínio

^{* [}Tradução de Francisco de Castro Azevedo.]

do que aconteceu, por que aconteceu e quais poderão ser suas implicações a longo prazo para as relações internacionais. Além disso, ele nos impõe o desafio teórico de avaliar até que ponto o curso dos acontecimentos dos últimos anos, juntamente com a revisão ampla de nossa maneira de encarar as tendências históricas que ele ocasiona no século XX, nos leva a identificar fraquezas, que na linguagem de Kuhn podem significar anomalias, nas teorias existentes sobre RI e a sugerir, onde se fizer necessário, um aprofundamento teórico. A recente guinada no sistema internacional é desafiadora ao extremo, porque, nesses últimos anos, para seu crédito e benefício, as RI não foram dominadas por um paradigma único, mas gozaram de um pluralismo saudável, muito embora tenham por vezes cedido a modismos (como o pós-modernismo) à custa do compromisso e do debate téoricos que lhes são essenciais.

Mas qualquer abordagem que se pretenda fazer a essas duas questões vai depender da resposta dada à terceira, que permeia boa parte da reflexão no campo das RI_s e é de uma dificuldade tão grande que raramente recebe tratamento específico — a relação entre as RI_s enquanto disciplina acadêmica analítica e teórica e os acontecimentos do mundo externo, dito "real". Se todos os ramos das ciências sociais evoluíram como respostas a eventos e desafios do "real" e se todos fazem dele parte de sua identidade profissional e amour propre, como que sugerindo uma certa relação ortodoxa e não-ideológica com aquele "real", poucos, talvez até mesmo nenhum, são tão sensíveis no que diz respeito a seus laços com os eventos externos quanto as RI_s. Basta identificar as práticas mais abominadas pelos teóricos ortodoxos das relações internacionais — as tentações da história internacional, o vírus do "presentismo", a corrupção dos current affairs — para se perceber quão arraigada é essa tentação. Sua variante mais incisiva e peremptória encontra-se no tipo de asserção comum no realismo de que nada existe de novo em matéria internacional e de que tudo o que precisamos saber pode ser buscado nas sombrias elocuções dos clássicos — Tucídides, Hobbes, Maquiavel — ou nas máximas parcimoniosas e atemporais do neo-realismo de Waltz.

Um dos paradoxos ilusórios das RI_s é que, ao mesmo tempo em que o realismo servia para legitimar uma prática internacional que dominou o mundo pós-guerra — ou seja, o mundo da Guerra Fria e de outras mobilizações de Estados e recursos —, o termo "Guerra Fria" quase não era submetido a análises teóricas, sob a alegação de que não continha nada de particularmente novo. Mais surpreendente ainda é a afasia virtual que toma conta das RI_s diante do capitalismo, que foi, e permanece sendo, o processo internacional mais formativo dos últimos 500 anos. Afundado nos termos "sociedade internacional" e, mais recentemente, "interdependência", esse silêncio é o mais impressionante de todos no campo da disciplina. Mas as RI_s não estão sozinhas em sua cegueira teórica: a incapacidade da economia para criar uma teoria que lide com os grupos de interesse e com o comportamento irracional ou da sociologi a para falar de nacionalismo, até a década de 70, são casos paralelos.

Não é mera causalidade, portanto, que a resposta mais "elegante" e confortável diante dos acontecimentos dos últimos anos seja dizer que eles não fizeram nem deverão fazer nenhuma diferença para a teoria ou os ensinamentos das RIs.

Naturalmente, esse silêncio, além de incompreensível, é indesejável, porque evita a discussão sobre a resposta apropriada que uma ciência social deve dar ao mundo externo. Os perigos do "presentismo" e dos *current affairs* não são reais o bastante, sobretudo na área das RI_s. A história desse tema está repleta de exemplos de obras distorcidas ou condicionadas por cargas transientes ou pela identificação de processos como recentes, quando na realidade são de proveniência muito mais antiga, tendo sido muitas vezes objeto de discussões clássicas — e disso a interdependência é um exemplo óbvio.

Todavia, um marco importante na história do mundo, como certamente são os eventos dos últimos anos, merece mais do que uma repetição canônica. A Primeira Guerra Mundial produziu as RI_s como disciplina acadêmica e gerou um campo de trabalho teórico, o mal-afamado "utopismo", que reinou nos anos entreguerras. A Segunda Guerra Mundial, e a Guerra Fria que a ela se seguiu, marcou o domínio do realismo, que se mantém ainda como paradigma dominante na área. Os trabalhos de Carr, Niebuhr e Morgenthau não surgiram simplesmente de reflexões feitas no interior de bibliotecas. Dificilmente surpreenderia que o colapso do bloco soviético, em 1989, que se admite ser o terceiro grande cataclismo do século XX e que delimitou as fronteiras dos outros dois, não levantasse também questões teóricas para as RI_s. O problema não está em se isso acontece ou não, mas antes em saber quais são os temas realmente substantivos suscitados pelo passado e quais dos processos atualmente em desdobramento no mundo externo merecem nossa atenção prospectiva analítica e teórica. Podemos muito bem nos equivocar — como a seu tempo certamente se enganaram "utopistas" e "realistas" —, mas isto não é razão para evitarmos o desafio que o fim da Guerra Fria nos coloca.

2 — O Colapso do Bloco Soviético

As grandes linhas históricas e a originalidade do que aconteceu no final dos anos 80 podem ser resumidas da seguinte maneira: um bloco de Estados, que era dominado pela URSS e desde a década de 40 se mobilizava em grande competição pelo poder com o Ocidente e que, tal como a própria URSS, desafiava o mundo ocidental desde 1917, entrou em colapso.³ Faz-se necessário destacar a singularidade do esgotamento desse sistema — ele ocorreu sem uma guerra interestatal, em um espaço muito curto de tempo, sem a presença de formas evidentes de vanguarda ou organização políticas e sem derramamento significativo de sangue. Ademais, em contraste com outras revoluções desde 1789, que tinham de certa forma a pretensão de desafiar normas internacionais ou alvitrar algo de "novo", a mudança proposta nesse

contexto não tinha como objetivo, como até então fora quase sempre o caso, a criação de algo "novo", uma alternativa à ordem mundial prevalecente, mas antes a conformidade com essa ordem, um recrutamento e incorporação, o mais rápido e indolor possível, naquela que era considerada a norma prevalecente, a "civilização", a "democracia", o "ocidente" ou a "modernidade" — donde a expressão de Habermas die nachholende Revolution, a "revolução conformativa".

São necessárias algumas qualificações importantes: grande parte daqueles governados por partidos comunistas em 1988 (1,7 bilhão) ainda o são (1,4 bilhão); não existe certeza quanto aos tipos de governo que surgirão na ex-União Soviética ou em muitos de seus antigos aliados; o padrão futuro da política exterior da Rússia é obscuro. Não obstante tudo isso, o fato é que ocorreu um cataclismo de grandes proporções, que encerrou não apenas a Guerra Fria e o desafio da revolução bolchevique, mas ainda um período bem maior de história internacional, identificável com um movimento de contestação da forma capitalista hegemônica. Sob o risco do que se poderia chamar de "megapresentismo", poder-se-ia sugerir que o ano de 1989 pôs fim a um período da história que começou em 1789 com a Revolução Francesa. Embora seu conceito subjacente de fim da história esteja sujeito a contestação por causa do conceito de ação que pressupõe,4 a posição de Fukuyama de que a novidade da situação contemporânea está no fato de que apenas um conjunto de respostas é hoje aceitável em escala mundial é consideravelmente válida.5 É nisso, acima de tudo, que consiste a importância histórica de 1989.6

Nessa perspectiva, o "fim da Guerra Fria" é um fenômeno composto que envolve quatro grandes tendências históricas, cada uma das quais levará tempo para ser testada e poderá ter implicações teóricas identificáveis.

2.1 — Alterações nas Relações entre as Grandes Potências

O fim da Guerra Fria marcou o término de um conflito interestatal que dominava o mundo desde 1945 e do confronto nuclear entre soviéticos e norte-americanos. Duas questões óbvias para o futuro são: se esse fato implica o fim da rivalidade militar das grandes potências como um todo, por uma geração ou mais; e se um novo padrão de blocos interestatais e hegemônicos surgirá em substituição ao antigo. A argumentação para a primeira questão parece ter considerável força histórica, quando se leva em conta que durante um século, desde a Guerra Sino-Japonesa, em 1894, as grandes potências estiveram envolvidas em confrontos militares importantes ou sob a sua ameaça. Tal perspectiva está definitivamente superada e, embora existam os que prevêem novos conflitos entre as grandes potências no futuro, o padrão do século passado parece rompido. Quanto à hegemonia, verifica-se hoje uma situação de grande fluidez, na qual é pouco provável o surgimento de algum bloco de Estados para competir com os EUA, sendo que este país reluta em

desempenhar o papel de "Roma" que o colapso da URSS poderia ter destinado a ele. O argumento de que a guerra interestatal está praticamente afastada, porque atualmente todos os Estados são democráticos liberais, se apresenta como bastante defensável e, se verdadeiro, chamará a nossa atenção para a questão de se algumas das grandes potências, Rússia ou Japão, por exemplo, poderão no longo prazo divergir desse modelo.⁷ As implicações disso para o sistema internacional serão examinadas posteriormente, no penúltimo item desta seção.

2.2 — O Fim do Comunismo

A segunda dimensão do fim da Guerra Fria é a morte do comunismo como força política. Como já se observou, esse fenômeno, pelo menos por enquanto, e stá restrito à Europa. Mas a tendência na China parece indicar um movimento rumo ao capitalismo, se não ao liberalismo, e os países comunistas restantes mostram-se incapazes de oferecer uma opção internacional (Cuba, Vietnã e Coréia do Norte). Duas grandes questões surgem aqui: (a) qual o futuro de uma possível alternativa ao capitalismo; e (b) se essa alternativa existe, qual a importância histórica de toda a experiência comunista. Quanto à primeira questão, parece claro que nenhum programa de desafio político ao capitalismo liberal com conotação de esquerda merece, no momento, crédito ou apoio sério - o experimento revolucionário comunista esgotou-se. O que subsiste são variantes da social-democracia adaptadas ao contexto do capitalismo avançado, porém cada vez mais restringidas, em parte pelas condições internacionais, em parte pe las configurações sociais e políticas no âmbito de cada país. Já se convencionou afirmar que o colapso da social-democracia e de seus equivale ntes se deveu, de certo modo, ao fracasso do comunismo. A verdade, porém, talvez seja o contrário. Na década de 70, a dinâmica da social-democracia e de seus equivalentes foi rompida nos países mais avançados (Grã-Bretanha, EUA, Austrália, Alemanha) e a falta de um caminho médio, ou o terceiro, significou que as escolhas postas aos reformadores comunistas no final dos anos 80 ficaram enfraquecidas.

A questão do que foi o comunismo (ainda demasiado próximo para se ter dele uma boa perspectiva) ocasionou diversas tentativas de explicação: uma tendência ditatorial sempre que as elites revolucionárias assumiram o controle das sociedades; um movimento dividido pela auto-emancipação da classe trabalhadora; uma expressão do messianismo; um produto do despotismo oriental; um projeto desenvolvimentista fracassado. Certo autor sugeriu, recentemente, que o comunismo, na verdade, se comparava à experiência jesuítica no Paraguai — uma busca racional de isolar um segmento do mundo das pressões internacionais e de sustentar um caminho opcional de desenvolvimento, bastante idealizado pelos intelectuais da época, mas que ao final desmoronaria quase sem deixar vestígios.8

Uma explicação que envolve elementos distintos das tentativas listadas acima pode ser a mais apropriada: o que talvez chama mais a atenção é que esse esforço de trilhar um caminho para o desenvolvimento diferente do capitalismo convencional conseguiu durante algum tempo êxitos notáveis, pelo menos quanto aos desafios ideológico e militar que impôs ao Ocidente, mas no final foi forçado a capitular, e o fez quase sem apresentar resistência. Embora isso hoje pareça inevitável, não foi dessa forma que se viu o experimento comunista durante muitas décadas, pois, tanto entre aqueles que o apoiavam como entre os que o temiam, se acreditava na eficácia da intervenção socialista do Estado, desmentida pelos eventos subseqüentes. Se não por outro motivo, o colapso comunista merece estudo cuidadoso do ponto de vista dos que acreditam no desenvolvimento econômico-social conduzido pelas elites ou dirigido pelo Estado.

2.3 — Mudanças no Mapa Interestatal

O terceiro elemento do fim da Guerra Fria foi a ruptura da URSS e do sistema de alianças de que se servia. Não está de todo claro se esse processo já se completou, não apenas em relação ao Leste Europeu, mas também à própria Rússia, uma vez que a Federação Russa está sujeita a forças centrífugas substanciais e pode ainda se romper em três partes dadas as pressões internacional e interna. O fato é que, mesmo na hipótese de a fragmentação já ter chegado ao fim, ela provocou mudanças poderosas na arena internacional. De um lado, criou uma situação em que, com a ruptura da ordem preexistente, surgiram novas alianças regionais e novas hegemonias potenciais, como a Alemanha na Europa e a Turquia no Cáucaso, no Mar Negro e na Ásia Central. No Extremo Oriente, os realinhamentos foram menos importantes, porque lá o poder soviético era mais fraco, mas o processo estimulou e coincidiu com o aumento do poder japonês e chinês. Seu impacto sobre a Indochina, devido à retirada do apoio soviético do Camboja e do Vietnã, e sobre o Nordeste Asiático foi, não o bstante, substancial e contínuo. Algumas dessas mudanças regionais nos fazem retornar à situação anterior a 1914, de que são exemplos o padrão de alianças nos Bálcãs e no Báltico. Outras são novas, como a disputa turco-iraniana na Ásia Central, que é apenas descendente longínqua daquelas anteriores.

A outra conseqüência estratégica do colapso do comunismo é que ele derrubou um "regime" que prevalecia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, graças ao qual o mapa do mundo se manteve, apesar de todas as suas iniqüidad es e arbitrariedades. Não obstante todo o discurso sobre separação e unificação que marcou o período pós-1945, é impressionante como o mapa permaneceu mais ou menos o mesmo até 1989. Só ocorreram unificações ou fusões pela força e em momentos de incerteza gerados pela descolonização (Palestin a, Saara Ocidental, Timor e, o que é discutível, no Tibete). Separação

só aconteceu no caso de Bangladesh em 1971, mas tratava-se de uma região que já estava geograficamente apartada do restante do Paquistão. A partir de 1989, tanto a fusão quanto a fissão retornaram à ordem do dia. A fusão dos lêmens e das Alemanhas será seguida, ainda que com certo atraso, por aquela das Coréias e, provavelmente, de uma forma ou de outra, pela das (três) Chinas. Por outro lado, a fissão tornou-se o destino dos Estados multiétnicos do antigo sistema comunista (URSS, lugoslávia, Etiópia, Checoslováquia), com o resultado de que no espaço de dois anos surgiram mais de 20 Estados soberanos.

Ninguém pode dizer quais serão, no longo prazo, os efeitos desse processo, mas resta pouca dúvida de que a ruptura do regime pós-1945 estimulará muitos outros a pensarem que também eles podem conseguir soberania política. Esse fenômeno afetará algumas áreas mais que outras, mas, agora que se demonstrou ser possível a separação, provavelmente algumas regiões da Europa e da África, bem como a Índia, estarão sujeitas a tensões cada vez maiores.

2.4 — A Expansão da "Democracia"

O colapso do comunismo e a expansão aparente das formas políticas da democracia liberal para vários países pós-comunistas e do Terceiro Mundo fizeram com que alguns sugerissem que nos encontramos em uma nova era de democracia global. Esta é a essência da argumentação de Fukuyama, embora ele se mostre cauteloso o bastante para distinguir entre a afirmação de que não existe outro modelo viável no momento e a de que a consolidação dessa tendência em todos os países é iminente e até mesmo plausível. Sob certos aspectos, esta assertiva é válida, uma vez que, apesar da sobrevivência do bloco co munista asiático, o fim do comunismo deixou à mostra até que ponto o antigo, alternativo e revolucionário caminho para o desenvolvimento político era inviável ou pouco atraente.

Ainda assim, é necessário que se façam aqui algumas observações importantes:

- (a) a plenitude de um sistema democrático não é um processo rápido e definitivo, mas leva um longo período de transição para ser alcançado. A Grã-Bretan ha e os EUA só se tornaram plenamente democráticos, no sentido de uma pes soa, um voto, nas décadas de 60 e 70, depois de centenas de anos de desenvolvimento, e muitos outros Estados que estão para atingir esse estágio pas saram por várias formas de evolução "semidemocrática", sendo o México e o Egito dois casos ilustrativos; 10
- (b) ninguém pode garantir que um regime democrático dure pelo menos uma geração. É o que se deduz do destino da República de Weimar e de várias democracias do Terceiro Mundo que pareciam razoavelmente seguras nos

anos 60 e 70 (Líbano, Libéria, Ceilão). As forças políticas atuantes no interior da maioria dos países recém-chegados ao pluralismo indicam que as coisas podem tomar um rumo bem diferente do atual nos anos seguintes. Essas duas considerações já bastariam para nos fazer ver que, se o argumento maior dos teleologistas democráticos liberais (Fukuyama, Doyle) é válido, o relato histórico que dão é simplificado, demasiado benigno e não-linear. Assim, Fukuyama data a realização da democracia para muito antes do que os registros apontam, e tanto ele quanto Doyle incluem em suas listas países onde ou a democracia nunca foi plenamente atingida ou só o foi muito recentemente, o que torna precária a sua existência;

- (c) embora o modelo autoritário de esquerda tenha sido desacreditado, a idéia de que a democracia nos moldes americano-europeus é a mais desejável está longe de conseguir unanimidade entre os Estados capitalistas. No Extremo Oriente, em particular, são numerosos os países onde se pode identificar formas alternativas de capitalismo não as mais brutais, mas ainda assim autoritárias —, que podem se tornar um modelo mais atraente para as antigas nações comunistas, entre as quais a China e a própria Rússia;
- (d) finalmente, no longo prazo, a estabilidade dos próprios países capitalistas pode ser posta à prova, na medida em que uma combinação de forças socioeconômicas e uma participação política reduzida ameacem normas estabelecidas que estão longe de ser as ideais. Não se deve desconsiderar, ainda, as numerosas tendências existentes no seio das sociedades industriais trabalhando no sentido de restringir, e não de corroborar, a democracia, entre as quais estão as novas potencialidades de manipulação e controle, por meios eletrônicos e da mídia, e o colapso dos movimentos da classe trabalhadora, que durante os primeiros três quartos deste século garantiram um certo grau de compromisso social e político nessas sociedades.

As implicações dessa precariedade da democracia para as relações internacionais são de duas ordens. Em primeiro lugar, se existe algum vínculo razoavelmente estável entre democracia liberal e paz, certamente os esforços de democratização terão um impacto importante sobre o andamento futuro das relações interestatais. A precondição para a paz no mundo é a consolidação da democracia em escala mundial. Em segundo, o processo de democratização em si e a intensidade com que todos os Estados do mundo são pressionados a se conformar a ele chamam a atenção para o fato de como as normas internacionais e mecanismos como ajuda externa e protecionismo comercial podem atuar hoje no sentido de reforçar um modo único de política interna e prática econômica. Em outras palavras, esse processo suscita a questão, também posta pela própria queda do comunismo, de até que ponto, além da aceitação de certas normas internacionais, os Estados são também compelidos pelo sistema a adequar-se internamente, pagando um alto preço caso assim não procedam. Esta sempre foi uma das dimensões subjacentes

às relações internacionais, mas que hoje, graças aos eventos recentes, podernos examinar sob nova luz.

3 — As Explicações para o Fim da Guerra Fria

Limitei-me até agora a examinar as implicações para o sistema internacional do fim da Guerra Fria e os efeitos de quatro processos diferentes por ele provocados. Mas as conseqüências de 1989 para as RI_s envolvem uma pesquisa adicional, ou seja, por que a Guerra Fria acabou e, em última instância, o que foi a Guerra Fria. A última questão, a sua vez, pressupõe que se tenha uma certa noção das duas forças componentes desse conflito, "capitalismo" e "comunismo", e da maneira como cada uma delas competia e esperava prevalecer sobre a outra. Caso nos encontremos ainda em um território não mapeado, o mínimo que se pode dizer é que essa cadeia de temas coloca algumas questões interessantes para as relações internacionais.

Não existe escassez de explicações quando o assunto é por que a Guerra Fria terminou — a corrida armamentista, o movimento pela democracia dos povos, o esgotamento econômico do comunismo, e particularmente da URSS, são explicações amplamente difundidas. Não obstante, talvez valha a pena a profundar essa temática, já que o fenômeno é dos mais surpreendentes uma rendição rápida, quase sem resistência, por parte de uma elite que até então demonstrara notável tenacidade e engenhosidade em rivalizar com o Ocidente. A corrida armamentista não pode ser uma justificação, pois, embora se destinasse às armas boa parte dos recursos, isto ainda não explicaria a ineficiência do resto da economia. A tese de Kennedy, de que o "prolongamento" do imperialismo" pode tornar inteligível o declínio dos sistemas hegemônicos, talvez tenha validade para outras conjunturas, mas é de pouca relevância no caso soviético — seu envolvimento com o Terceiro Mundo não se constituía em fonte importante de fraqueza econômica ou política, uma vez que os bloqueios no centro do sistema contribuíram bem mais para a sua queda. 11 Havia resistência vinda de baixo, porém pequena, com a exceção intermitente da Polônia. Certamente o desempenho do sistema era mais fraco que o do Ocidente, mas, para seus próprios padrões, e comparativamente entre gerações, ele conseguira grandes avanços, dobrando o padrão de vida na Rússia no espaço de uma geração.

Por tudo o que se disse acima, o fim da Guerra Fria não consistiu, parafraseando Lenin, em que os governados deixassem de ser governados à maneira antiga, mas que os governantes não pudessem continuar governando à maneira antiga — e é isto que precisa ser explicado. Três problemas in terligados parecem ter desempenhado um papel crucial no que diz respeito ao fato de a liderança soviética ter perdido o controle da situação e se envolvido com a peres troika, um processo de reforma condenado ao fracasso: a incapa-

cidade de competir com os EUA na dimensão militar da terceira revolução industrial; os percalços cada vez maiores do comando da economia e sua incapacidade de inovar e sustentar os níveis anteriores de crescimento; e a constatação crescente no seio da própria elite de que o Ocidente estava ganhando a dianteira, não apenas nas esferas política e militar, mas ainda no desempenho econômico e em particular no fornecimento de bens de consumo.¹²

A primeira dessas questões parece evidente, e apresenta-se como uma formulação mais precisa do impacto da corrida armamentista, e não como uma afirmação genérica de gastos acima da receita e de desigualdades competitivas. A segunda foi se tornando cada vez mais clara nas décadas de 60 e 70, e criando a sensação, reforçada pela invasão de Praga em 1968, de que o sistema não conseguia sequer evoluir em uma direção política única. A terceira é a mais importante e, do ponto de vista das RIs, a mais interessante, porque concentra nossa atenção sobre uma forma particular de competição e interação internacionais distinta da interação de Estados e até mesmo de atores transnacionais não-estatais, como empresas comerciais e bancos. Estes dois atores são certamente de grande importância na sustentação parcial do desafio do Ocidente ao comunismo, mas por si sós não são decisivos. O que é mais significativo, e precisa ser explicado sob os pontos de vista histórico e teórico, é o processo pelo qual o exemplo e o sucesso comprovado da sociedade ocidental minaram a capacidade da elite soviética de continuar como antes. Como já afirmei em outro trabalho, 13 foram as *T-shirts*, e não as canhoneiras, que derrubaram a resistência do sistema comunista ao capitalismo global. Isto levanta questões importantes sobre como os Estados interagem, como o interno e o internacional se interligam e, em última instância, o que constitui a "sociedade internacional".

A questão vinculada ao problema anterior é, naturalmente, o que era de fato a Guerra Fria. O tema já foi tratado em outro lugar¹⁴ e aqui será apenas resumido. Basta dizer que quatro escolas de pensamento tentaram definir sua essência: a explicação realista, segundo a qual a Guerra Fria em nada era diferente de outras formas de conflito por um poder maior; a escola crítica, "internalista", para a qual não se tratava de nenhuma disputa, mas de um mecanismo de que dispunham os grupos dominantes em cada bloco para controlar as populações que lhe estavam sujeitas e seus clientes; a escola da "percepção errônea", que via a Guerra Fria como um engano, um exagero de diferenças ideológicas e um conflito internacional resultante de percepções históricas e individuais equivocadas; e a abordagem "intersistêmica", para a qual a Guerra Fria era uma guerra entre dois sistemas sociais rivais, em que cada um desejava, se bem que com muito exagero e, como resultado das armas nucleares, com certa prudência, prevalecer sobre o outro.

A última tese recebeu pouca atenção da literatura acadêmica, em parte porque soava como um estereótipo da Guerra Fria, ao levar muito a sério as alegações dos protagonistas, e em parte porque pressupunha que a política

interna e a organização social fossem importantes para as relações internacionais. Em outras palavras, ela defendia que o que estava em risco na Guerra Fria, e de uma maneira mais geral nas RI_s, não era exatamente a "sociedade internacional", a aceitação de normas comuns de comportamento interestatal, mas a sociedade transnacional, no sentido de uma conformidade das sociedades e Estados a certas normas homogêneas e de definição ampla. Mas o fim da Guerra Fria dá forte sustentação a esse ponto de vista, porque seu término se deveu, sobretudo, a pressões cada vez mais intensas sobre o sistema soviético para que ele, depois de 70 anos, se conformasse àquelas normas.

A teoria intersistêmica argumentava que a Guerra Fria, mesmo apostando nos elementos de conflito das grandes potências, era mais que isso e tinha a ver com bem mais que isso. Ela negava que o conflito fosse apenas o resultado de uma percepção errônea. Reconhecia a importância dos fatores endógenos, mas sugeria que cada lado estava lutando por alguma coisa, embora dentro de limites, e que a Guerra Fria só poderia terminar quando um dos lados prevalecesse. 15 Foi exatamente o que aconteceu. O que dobrou a liderança soviética não foi um fracasso absoluto, ou uma revolta das massas vinda de baixo, mas um julgamento histórico comparativo de que suas sociedades não se assemelh avam às do Ocidente nem davam mostra alguma de que poderiam chegar aonde as rivais chegaram, quer por uma explosão dramática de crescimento e inovação no Leste, quer por um colapso do sistema capitalista no Ocidente. Diante da evidência desse fato, Gorbachev e seus colegas tentaram primeiro a reforma, mas preservando os elementos essenciais do sistema político comunista e do domínio político soviético. No final, quando os acontecimentos escaparam ao seu controle, presidiram o que na verdade foi uma rendição incondicional, pondo fim à Guerra Fria.

4 — Questões Teóricas

Pelo menos quatro questões teóricas, amplas e interligadas, algumas das quais vão ao âmago das RI_s, parecem surgir da análise anterior: (a) homogeneidade e "sociedade internacional" — até que ponto o sistema internacional opera com base não apenas em normas interestatais compartilhadas, mas também em normas internas comuns; (b) os mecanismos da relação intersocietária sob o capitalismo e como a dinâmica da globalização atua sob o capitalismo, com incorporações e bloqueios ao desenvolvimento; (c) os mecanismos de poder no mundo contemporâneo no contexto da relação do poder militar com o econômico e o ideológico; (d) os esforços pelo equilíbrio do poder em uma era sem conflitos importantes entre as grandes potências. Trata-se de temas amplos. Seguem algumas observações esquemáticas, desdobrando pontos já abordados neste texto.

4.1 — Homogeneidade: A Variante Mais Forte da "Sociedade Internacional"

A questão da homogeneidade, ou seja, a necessidade de as sociedades compartilharem normas internas comuns, foi estudada de maneira inadequada nas RI_s pela razão óbvia de que cai na armadilha do "reducionismo", criticado por Waltz. Na obra dos estudiosos da interdependência, em cujo contexto surgiu, ela tem sido considerada como um fenômeno recente. Contudo, existem razões para se argumentar que a questão da homogeneidade permeia toda a história do sistema internacional e explica por que os desvios das normas internas são tão ameaçadores para as RIs. O enigma da maioria dos conflitos no sistema internacional está no fato de que, embora as revoluções se constituam em desafio para a ordem internacional, esses desafios são apenas limitados, o que enfraquece a fundamentação lógica para a contra-revolução. Mas, quando a homogeneidade está em questão, a razão para tais conflitos aparece de maneira mais nítida. Ninguém viu isto mais claramente do que Burke, que, em suas Letters on a Regicide Peace, lançou as bases do que poderia ser uma teoria robusta da homogeneidade — a paz social e política dentro de um Estado exige que os outros se conformem, de uma maneira ampla, às mesmas normas; os Estados são inevitavelmente afetados pelas mudanças internas de seus vizinhos, até mesmo quando estes não os desafiam no plano internacional; e as potências favoráveis ao status quo têm a obrigação de suprimir desvios da norma internacional para impedir que a instabilidade se difunda. Na verdade, o que Burke sugere é a existência de uma "sociedade internacional" no sentido de uma sociedade de entidades que compartilham valores, cuja proteção deve dominar as relações interestatais.

O trabalho de sociólogos da história 16 sugere uma linha paralela de pesquisa, pois mostra que o que aparece como processo discreto e isolado na evolução nacional e na formação do Estado é, de fato, obrigado a conformar-se e a imitar para melhor competir. A rivalidade internacional atua, portanto, como força homogeneizadora, de forma que o crescimento das estruturas governamentais ou das formas políticas acaba tendo, ao longo de décadas, um caráter de convergência.

São duas as objeções a essa defesa da homogeneidade. A primeira, é que durante longos períodos da história moderna não se observou padrão semelhante. No século passado, e nos países mais desenvolvidos, se bem que então ain da semiperiféricos, verificam-se desvios à direita (Alemanha, Japão, Itália, Espanha, Portugal e, de uma forma mais suave, a Irlanda) e à esquerda (Rússia e outros Estados comunistas). Tentativas de desenvolvimento autárquico qualificado sob o capitalismo foram cerceadas. Porém, ambas as formas foram contidas, em alguns casos pela guerra mundial, em outros pela erosão transnacional e pela incorporação. O que a Segunda Guerra Mundial fez pela Alemanha, Itália e pelo Japão, a Comunidade Econômica Européia (CEE), com

seu inegável sucesso econômico, fez pela Espanha, Portugal, Irlanda e, ao fim e ao cabo, pela URSS. O impulso para a fuga e o desvio semiperiféricos é muito forte. Como compensação, os mecanismos de reincorporação tornam-se, ao longo de um período maior, cada vez mais fortes. Quando não se pode derrotar o inimigo, só resta juntar-se a ele.

A segunda objeção à tese da homogeneidade é que, em razão da expansão do capitalismo nos últimos 500 anos, mas sobretudo no século passado, o grau de desigualdade da riqueza e a variação na forma política entre os países mais e menos desenvolvidos têm aumentado, e provavelmente continuará a acontecer assim.

4.2 — A Dinâmica do Capitalismo

Já se observou que as RI_s demonstram uma timidez curiosa em relação ao conceito de capitalismo, idéia de forma alguma exclusiva dos marxistas e que é aceita em outras ciências sociais, como a sociologia. A deficiência no tratamento dessa questão afeta não apenas a compreensão geral do sistema internacional nos últimos 500 anos, como também as formas mais recentes de conflito internacional, quer se trate das rivalidades imperiais, que tinham uma relação mediata com o capitalismo, quer se trate da análise da Guerra Fria, de vez que uma parte do conflito fica além dos limites da análise.¹⁷

Ou se aceita que o capitalismo não é globalizante (posição que dificilmente seria apoiada pelos acontecimentos dos dois últimos séculos) ou fica implícito que, na medida em que aspira se tornar dominante, ele precisa de um "inimigo". O comunismo seria esse inimigo, mas, como ele foi derrotado, o capitalismo se ocuparia agora em reinventar outro, como o islamismo. Mas. desde que Cristóvão Colombo iniciou sua viagem em 1492, é precisamente a dinâmica globalizante do capitalismo que explica o crescimento de todo o sistema internacional e também como e por que o Ocidente prevaleceu sobre o mundo comunista na Guerra Fria. Como um projeto truncado de desenvolvimento, o comunismo foi um produto das tensões da sociedade capitalista. nos aspectos social, ideológico e internacional, tendo sido ao final destruído por ela. Mas essa afirmação não dá uma resposta completa, pois restam pelo menos dois grandes problemas. Em primeiro lugar, se isso é verdade, por que a expansão do capitalismo foi e continua sendo tão desigual? Em segundo, se estamos assistindo ao surgimento de uma economia global, qual a necessidade da criação de novos Estados separados, como os que hoje estão surgindo, e surgindo para constituírem em um futuro previsível o principal centro de poder político?

A questão da desigualdade da expansão da industrialização e da democracia política que a acompanha não é de fácil resolução. Durante um século ou mais, muitos acreditaram que, com avanços e retrocessos, o processo de universalização do modelo ocidental acabaria prevalecendo. Um grande nú-

mero de liberais e radicais do início do século XIX, inclusive Marx, apegou-se a essa idéia, que tem sua forma mais recente na obra de Fukuyama — na expressão de Kojeve, que ele faz sua, o que está atualmente em curso é apenas o "realinhamento das províncias". Contudo, não obstante toda a globalização do capitalismo e o desejo secular de uma democracia baseada em fundamentos políticos e éticos, as coisas se passaram de maneira muito diferente. Na verdade, os registros do último século e do período pós-1945 revelam uma elevação lenta do padrão de vida na maior parte do mundo e um aprofundamento crescente das diferenças entre ricos e pobres. Os estudiosos marxistas mais recentes resumiram esse processo nas teorias da dependência, as quais, embora muitas vezes carregadas nas cores e demasiado estáticas. encerram uma força duradoura por reconhecer a persistência e o aumento da desigualdade global. Essa idéia foi recentemente elaborada na reformulação de Giovanni Arrighi do conceito de "riqueza oligárquica", segundo o qual a riqueza dos ricos pressupõe a subordinação e a privação relativa da maioria. 18 A constatação dos limites ecológicos da atividade econômica global só faz reforçar a idéia. A fraqueza dessa teoria, contudo, permanece: em primeiro lugar, continua obscuro em que consiste a necessidade dessa riqueza oligárquica — em outras palavras, o que exigem essas disparidades globais de · riqueza dentro do capitalismo; em segundo lugar, as provas — entendidas como registros do passado, mais particularmente do passado recente, extrapolados para o futuro — podem servir para apoiar as duas conclusões. A previsão daqueles que, nos anos 60, afirmaram ser impossível que o capitalismo atingisse no Terceiro Mundo certas metas alcançadas no mundo desenvolvido se mostrou parcialmente errada, considerando-se que a lista-padrão daquilo que o capitalismo "não" poderia realizar compreendia, normalmente, a industrialização, reforma agrária, independência, democracia política. No entanto, a intensificação das diferenças Norte-Sul e o desempenho Norte-Sul sugerem que nem sequer é possível a simples extrapolação. 19

A questão da existência de Estados separados tem intrigado, ao longo do tempo, os analistas do sistema internacional que tenderam, por inúmeras razões, a pôr em evidência o grau em que o internacional prevalece sobre o nacional. Esta tendência é, sem dúvida, a mais significativa, uma vez que as explicações convencionais para a existência de Estados separados são manifestamente espúrias, refletindo ou uma certa distribuição do mundo em nações ou uma dada constituição protodemocrática das comunidades (o "contrato social"). A sociologia da história, especialmente na obra de Tilly, nos tem lembrado exatamente quão brutal e arbitrária tem sido a constituição dos Estados. Sobretudo nas duas últimas décadas, a tendência a exagerar na internacionalização foi muito forte, tanto nos escritos da escola da interdependência, quanto nas teorias sociológicas da globalização da cultura e da sociedade. Não obstante as formas de internacionalização terem certamente mudado (o que continuará a acontecer, sobretudo por imposição de mudanças

ecológicas), a importância dos Estados permanece e tornou-se de muitas maneiras mais evidente — são eles que estão por trás do consenso da CEE, das disputas sobre o aquecimento global ou dos conflitos sobre o comércio internacional.

O mito anglo-saxão em moda, historicamente sempre impreciso, de que é o "mercado" que conta para o crescimento econômico, tem sido contraditado pela experiência e agora pela ideologia proclamada dos países do Leste Asiático. A controvérsia suscitada no mundo desenvolvido por temas como bem-estar, realização educacional, migração etc. indica quão forte o Estado é e continuará a sê-lo. A expansão do nacionalismo nos países desenvolvidos e mais recentes mostra que a questão do controle dos recursos do Estado e a quelas referentes à identidade que o rodeiam se apresentam tão poderosas como sempre foram. Hobsbawm demonstrou que a "nação-Estado", isto é, a identificação de uma unidade política com a etnia, constitui cada vez menos a base para o funcionamento do sistema moderno. Isto é diferente da afirmação de que o Estado enquanto centro de poder, e desprovido de seu papel de identificação étnica, retém um papel central dentro e entre sociedades.²¹

Esta afirmação não é uma concessão à concepção realista tradicional de que as relações internacionais podem ser consideradas primariamente como relações interestatais. Da mesma forma, não é a aceitação da concepção de interdependência liberal, segundo a qual, embora as relações internacionais tenham predominado até o pós-guerra, recentemente as coisas mudaram (curiosamente, um mito que Fukuyama também defende). Um argumento al ternativo pode ser o de que as relações interestatais jamais foram primárias no sentido em que a expressão é comumente empregada. A emergência do sistema moderno de Estados foi paralela com (e sob muitos aspectos pressupôs) a existência de processos econômicos transnacionais e de comunidades transnacionais, culturais, religiosas e políticas. Na verdade, porém, em vez da existência anterior dos Estados, que aos poucos foram se aproximando uns dos outros, como a narrativa realista sugeriria, um mercado e uma cultura comuns foram as precondições para o surgimento do sistema de Estados como hoje o conhecemos. O que vemos em nossos dias é o desenvolvimento daquele transnacionalismo nas esferas econômica e cultural, com muitos efeitos inesperados e contraditórios — a erosão da autarquia comunista na Europa e de forma crescente na Ásia, a difusão de certas formas de cultura global pela mídia, a criação de novas comunidades urbanas multiétnicas e multinacionais (Los Angeles, Nova Iorque, Paris, Sidney, para citar algumas). A dinâmica global é, e sempre foi, uma combinação dos três níveis de interação internacional - político, econômico e cultural. O erro está em se pensar que a rel evância que hoje se reconhece a esse fato negue a importância do Estado ou que isso seja algo fundamentalmente novo. Na verdade, o que estamos ve ndo é a dinâmica do sistema capitalista internacional como tem sido por meio mi lênio.

4.3 — O Poder no Mundo Contemporâneo

A questão da essência do poder foi colocada de forma aguda pelo fim da Guerra Fria, porque se produziu um mundo em que, nas relações entre os países mais desenvolvidos, o poder militar aparece como menos pertinente. Quão pequeno o poder militar vai se tornar nas relações entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é ainda uma questão em aberto, mas aparece claramente, e ao que tudo indica de forma definitiva, como menos relevante do que em qualquer outro período da história moderna.²² O poder militar possui uma relevância irredutível, em parte por razões econômicas e tecnológicas internas, em parte como símbolo do *status* de poder. Porém, o motivo mais importante de sua saliência está no fato de que a situação de segurança fora da OCDE não demonstra sinais de que perderá seu caráter militar.

O poder militar nunca foi a única forma de poder internacional — seja testemunha a força da Holanda no século XVII —, mas tende a permanecer relevante. O que está mudando, de maneira que não se pode ainda aferir com precisão, é sua relação com outras formas de poder. De um lado, o potencial de coerção em escala mundial reterá uma função essencial, de certa forma semelhante àquela da coerção na esfera interna — como Gramsci argumentava,²³ a coerção será o lastro com que se construirá a questão fiduciária do poder não-militar.

Houve muitas especulações em torno das formas de "hegemonia" nas relações internacionais, todas se reportando de alguma maneira a Gramsci, mas até agora não ocorreu nenhuma aplicação sistemática dessa teoria às relações internacionais. Por outro lado, os Estados que, sob as condições peculiares e transientes do mundo pós-1945, atingiram proeminência internacional sem a montagem de um grande aparato militar (Japão, Alemanha) começarão a adquirir maior potencial nessa área, se bem que em um ambiente internacional modificado. Argumenta-se que será mais apropriado para eles fazê-lo em um contexto claro, responsável e multilateral, ganhando certa capacidade de movimentação de tropas no exterior, do que se envolver em uma aventura que está destinada, mais cedo ou mais tarde, a guinar para uma auto-afirmação atrasada e unilateral.

A questão mais interessante levantada pelo poder japonês não é se ele pode se manter sem um aparato militar — ele não pode, e nunca pôde, bastando lembrar que os EUA substituíram esse aparato para o Japão nas quatro últimas décadas, situação que deverá mudar gradualmente. Mais difícil ainda é saber se uma grande potência econômica pode garantir e expandir sua posição sem o poder cultural correlato. Todos os impérios anteriores, dos romanos e árabes aos americanos e russos, fizeram acompanhar seus empreendimentos imperiais com a expansão cultural, muito notadamente no plano lingüístico. Hoje, a hegemonia americana está inextricavelmente vinculada a formas de hegemonia cultural e de informação. O Japão, contudo, é reticente,

e em certos aspectos até recalcitrante, no que diz respeito à difusão de sua língua e é o estereótipo da reserva quanto ao fato de ter ou não uma cultura hegemônica em potencial. Pode ser que, como muitos outros impérios, sua hegemonia cultural seja estabelecida pela apropriação das realizações culturais de outros povos para utilização em benefício próprio — os árabes absorveram muito dos bizantinos, os britânicos não inventaram a cristandade, os americanos não criaram inteiramente sua língua. Talvez aconteça que, da mesma forma que o território não é mais intrínseco à hegemonia, tampouco a cultura o seja, mas a assimetria do poder cultural internacional entre os EUA e o Japão é tão marcante quanto a assimetria econômica entre os EUA e a URSS na Guerra Fria. Portais de santuário, arranjos florais e *karaok*ê são uma contribuição imperfeita do potencial cultural japonês e uma pequena reserva sobre o que basear um projeto de hegemonia.

4.4 — A Política do Poder Revisitada

O fim da Guerra Fria encerrou aproximadamente um século em que as relações entre as grandes potências foram dominadas por conflitos militares ou sua ameaça. A começar pelo Extremo Oriente, nas duas décadas anteriores a 1914 (as Guerras Sino-Japonesa e Russo-Japonesa), e posteriormente, englobando também a Europa, esse século de conflitos foi primeiramente dominado pela rivalidade de poderes imperiais que tinham amplas semelhanças em sua constituição interna e aspirações, sendo depois marcado pela competição entre Estados capitalistas democráticos e ditatoriais e, subseqüentemente, pela Guerra Fria de formação ideológica, na qual a competição das grandes potências foi sufocada pela heterogeneidade no nível socioeconômico. Pela primeira vez desde 1894 não existe uma ameaça maior de guerra entre as grandes potências.

Seria plausível argumentar-se que essa situação não perdurará nas décadas que virão e que o sistema internacional retornará, seguindo sua natureza anárquica, à rivalidade das grandes potências, armada ou não. Durante longo tempo, os defensores da teoria do equilíbrio do poder têm su stentado que, com o declínio da URSS, poderá emergir alguma nova coalizão internacional para contrabalançar o que, de outra forma, seria a unipolaridade dos EUA. Alguns, como Rosecrance, prevêem um retorno a essa rivalidade, a menos que se estabeleca rapidamente uma coalizão central em uma base razoavelmente formal.24 Seu argumento apóia-se na convicção de que o equilíbrio tradicional de poder não manteve a paz nem mesmo no período em que seus defensores alegavam que isso ocorria e na afirmação de que a de terrência nuclear, que ele distingue do equilíbrio de poder, era muito mais precária do que parecia na época. Outros autores acreditam que a rivalidade econômica hoje existente entre os EUA, o Japão e a CEE conduzirá a três grandes blocos comerciais e a formações político-militares concomitantes, o que é matéria de muita especulação nos EUA. Há aqueles que procuram

restabelecer os equilíbrios regionais do poder para compensar as hegemonias potenciais — Japão no Extremo Oriente, Alemanha na Europa. Tudo isso repousa na extrapolação de padrões passados para o futuro.

É possível, no entanto, projetar um futuro mais pacífico para o sistema internacional, baseando-nos na convicção de que nos encontramos em uma encruzilhada importante da história. O poder econômico é hoje a principal forma de poder internacional e não precisa levar necessariamente a uma competição cada vez mais acirrada — uma combinação de prosperidade compartilhada e de boa diplomacia pode garantir um resultado diferente. O suposto candidato à hegemonia mundial, os EUA, não demonstram nenhum interesse em assumir esse papel, dele beneficiando-se ou pagando por ele. Não apenas George Bush, mas também seus oponentes e críticos, como N. Chomsky, interpretaram mal o significado da Guerra do Golfo, que não estabeleceu uma nova ordem de dominação dos EUA, mas serviu apenas como um pouco de consolo para o declínio norte-americano, tendo constituído, nesse sentido, um desvio da tendência principal nas relações internacionais. Se o equilíbrio de poder for restaurado, isto não se fará pelo surgimento de uma nova hegemonia para rivalizar com os EUA, mas pela redução das aspirações e necessidades internacionais dos norte-americanos com o objetivo de aproximar-se mais das outras grandes potências.

Não se pode ter certeza guanto à maneira como as relações entre as grandes potências evoluirão nas próximas décadas. O que parece evidente é que todas as teorias preexistentes, baseadas na necessidade de rivalidade entre as grandes potências ou na proeminência do poder militar, estão sendo questionadas à medida que o mundo emerge da grande guerra inter-hegemônica do século passado. Portanto, talvez seja necessária uma nova teorização das relações internacionais para se poder lidar com o que poderá vir a ser um longo período de paz inter-hegemônica. Mas tudo dependerá de como os esteios centrais desse novo período serão consolidados — prosperidade econômica internacional, consolidação da democracia liberal, redução das tensões Norte-Sul. Uma crise em qualquer dessas áreas poderia ameaçar seriamente as bases do novo sistema internacional, e existem razões suficientes para nos preocuparmos com as três. As duas décadas de boom pós-guerra foram seguidas por duas outras, de recessão e de recuperação poderosa, com importantes consequências negativas nos próprios países desenvolvidos. Ninguém pode garantir que as condições para a paz social no interior dos Estados ou que a cooperação interestatal possam ser mantidas. A democracia liberal está, no momento, aparentemente segura em cerca de duas dúzias de Estados no mundo, mas implantada de maneira precária e tentativa nos outros. Sua difusão não é irreprimível, e onde se encontra estabelecida não se tem certeza de sua duração. A Rússia poderá reprisar, em ritmo acelerado, a República de Weimar. Além disso, mesmo em Estados aparentemente estabelecidos, existem tendências que poderão, se persistirem, conduzir a formas muito diferentes de Estado, autoritários quando não classicamente fascistas. A questão de para onde o Japão

está indo, e até que ponto ditará as bases para um modelo político distinto que prevalecerá no Extremo Oriente, preocupa a muito mais que a seus vizinhos.

A questão das relações Norte-Sul, englobando um amplo leque de conflitos econômicos, políticos e estratégicos, parece servir de base para muitos conflitos nas décadas que virão — o petróleo e a migração bastariam para garantir esse estado de coisas. Em numerosos países do Terceiro Mundo, as tensões do desenvolvimento provocaram novas explosões políticas e sociais — movimentos islâmicos, Sendero Luminoso, chauvinismos sul-asiáticos, para citar alguns. Como o desenvolvimento capitalista fracassou em levar à massa da população mundial as realizações econômicas e políticas dos Estados mais avançados ou em oferecer uma perspectiva razoável desse benefício, as tensões políticas e sociais no Terceiro Mundo continuarão. A tendência crescente de separar o Terceiro Mundo, em vez de incorporá-lo pelas formas tradicionais de dominação, poderá caracterizar a política dos Estados da OCDE, o que conduzirá a um modelo expedicionário em vez de anexionista de controle hegemônico.

A mais fundamental de todas as questões, o assunto inacabado herdado da Guerra Fria, de um século de guerras inter-hegemônicas, na verdade de meio milênio de evolução de um sistema, é a da formação da sociedade internacional, não no sentido de um clube de Estados com regras comuns, mas de uma comunidade de unidades políticas unidas por laços econômicos e transnacionais, e caracterizadas por um compartilhamento amplo de valores políticos e sociais. A Guerra Fria foi um episódio na evolução desse sistema, uma fase do conflito em que um grupo de Estados, guiados por uma ideologia que desafiava os modelos prevalecentes de desenvolvimento político e econômico, tentou abrir pioneiramente um caminho alternativo, e ao fazê-lo entrou em conflito internacional com as potências dominantes do Ocidente. Esse desafio está hoje superado e, como não se tem nenhuma outra resposta plausível de relevância global, a questão que se coloca é se agora é possível criar as bases para uma sociedade internacional, no sentido mais forte da palavra, pela superação não apenas da anarquia dos Estados mas também das anarquias do mercado e da identificação étnica. Este é o assunto inacabado da Guerra Fria.

(Recebido para publicação em março de 1994)

NOTAS

- 1 K. Marx e F. Engels, "Manifesto of the Communist Party", in D. Fernbach, ed., The Revolution of 1848, Harmond sworth, Penguin, 1973.
- 2 Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, Londres, Hamish Hamilton, 1992.
- 3 Robin Blackburn, org., After the Fall, the Fall of Communism and the Future of Socialism, Londres, Verso, 1991.
- 4 Fred Halliday, "An Encounter with Fukuyama", New Left Review, nº 192, maio/junho de 1992.

- 5 Francis Fukuyama, The End of History..., op. cit.
- Fred Halliday, "The Ends of Cold War", in R. Blackburn, org., After the Fall..., op. cit.; e Fred Halliday, "A Singular Collapse: The Soviet Union, Market Pressure and Inter-State Competition", Contention, vol. 2, nº 1, 1991.
- 7 Ver Michael Doyle, "Liberalism and World Politics", American Political Science Review, vol. 80, nº 4, dezembro de 1986, para a formulação clássica desse ponto de vista, mas ver também, a seguir, as observações sobre o assunto.
- 8 Perry Anderson, A Zone of Engagement, Londres, Verso, 1992.
- 9 Fred Halliday, "An Encounter with Fukuyama...", op. cit.
- 10 Goran Therborn, "The Rule of Capital and the Rise of Democracy", New Left Review, № 103, maio/junho de 1977.
- 11 Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, Londres, George Allen & Unwin, 1988.
- 12 Fred Halliday, "The Ends of...", op. cit.
- 13 Fred Halliday, "A Singular Collapse...", op. cit.
- 14 Fred Halliday, "The Ends of...", op. cit.
- 15 Fred Halliday, "The Cold War as Intersistemic Conflict", in M. Bowker e R. Brown, eds., From Cold War to Collapse: Theory and World Politics

- in the 1980s, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- Michael Mann, States, War and Capitalism, Oxford, Basil Blackwell, 1988, seguindo Hintze, Skocpol, Tilly.
- 17 Eric Hobsbawm, *The Age of Empire:* 1875-1914, Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1987, faz uma avaliação ponderada das relações entre imperialismo e capitalismo na década de 1870.
- 18 Giovanni Arrighi, "World Income Inequalities and the Future of Socialism", New Left Review, nº 189, setembro/outubro de 1991.
- 19 Para a refutação clássica da teoria da dependência no contexto marxista, ver Bill Warren, *Imperialism, Pioneer of Capitalism*, Londres, Verso, 1980.
- 20 Para uma antiga refutação da hagiografia do mercado, ver Karl Polanyi, The Great Transformation: The Political and Economical Origins of Our Time, Boston, Beacon Press, 1944.
- 21 Eric Hobsbawm, *Nationalism and Self-Preservation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- 22 Joseph Nye, *Bound to Lead*, Nova lorque, Basic Books, 1990.
- 23 Perry Anderson, "The Antinomies of Antonio Gramsci", New Left Review, nº 100, novembro/dezembro de 1976.
- 24 Richard Rosecrance, "A New Concert of Powers", *Foreign Affairs*, vol. 71, nº 2, primavera 1992, p. 64.

Resumo

A Guerra Fria e seu Fim: Conseqüências para a Teoria das Relações Internacionais

O autor discute neste artigo as principais conseqüências que o fim da Guerra Fria trouxe para a teoria das relações internacionais. Partindo do princípio de que o colapso do bloco soviético representa o terceiro marco fundamental do século XX, o autor aponta as questões mais relevantes que devem ser incorporadas na tentativa de superar o paradigma re-

alista dominante no estudo das relações internacionais. As transformações nas relações entre as grandes potências, o fim do comunismo, as mudanças nos padrões de relações interestatais e a expansão internacional da democracia são tópicos abordados teórica e historicamente, visando uma melhor caracterização do mundo pós-Guerra Fria.

Abstract

The Cold War and its Conclusion: Consequences for International Relations Theory

This article attempts to draw a better understanding of the world after the Cold War. The author discusses the main consequences that the end of the Cold War has brought to the theory of international relations. By taking as a starting point the idea that the collapse of the Soviet bloc represents the third fundamental breakthrough of the 20th century, the author points out the most relevant questions

which must be incorporated in an attempt to overcome the realist paradigm, which has been dominant in international relations. The significant change in the relationship between the super-powers, the end of communism, changes in the patterns of inter-states relations and the expansion of international democracy are some of the topics discussed, from a theoretical as well as on historical point of view.

Résumé

La Guerre Froide et sa Fin: Consequences pour la Thèorie des Relations Internationales

Dans cet article, l'auteur aborde les principales retombées de la fin de la guerre froide sur la th'eorie des relations internationales. En acceptant comme principe de départ que la desintegration du bloque soviètique est l'un des repères fondamentaux du vingtième siècle, l'auteur indique quelles données fondamentales devraient être incorporées afin de passer outre le paradigme realiste qui domine

les relations internationales. Les transformations des relations entre les grandes puissances, la fin du communisme, les changements dans les modes de relations entre les Etats ainsi que l'expansion internationale de la démocratie sont simultanèment abordès, en alternant les analyses historiques et théorique, et en visant une meilleure caracterisation du monde post-guerre froide.